



Mídia e Poder: os Meios de Comunicação Enquanto Aparelhos Privados de Hegemonia¹

Lara Carlette THIENGO²
Cezar Luiz DE MARI³
Universidade Federal de Viçosa (UFV)

RESUMO

Este estudo pretende situar as contribuições gramscianas nas análises dos meios de comunicação. Buscamos compreender como é tratado o papel da sociedade civil e dos meios de comunicação, enquanto mediadores dos consensos nela produzidos, tendo em vista a hegemonia. As relações de poderes, entrecortadas por interesses econômicos e políticos, condicionam a construção de processos consensuais que se aproximam dos interesses dominantes. Neste sentido, as análises trazem à tona como referências conceituais a sociedade civil, hegemonia, senso comum, consenso, conformismo e ação política a partir do escopo teórico gramsciano, que é construído em perspectiva de totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: sociedade civil, meios de comunicação, pensamento gramsciano.

Introdução

O presente estudo nasceu do interesse em analisar, a partir do pensamento gramsciano, o papel dos meios de comunicação na sociedade civil. No decorrer do avanço da sociedade moderna, a sociedade civil vai sendo ampliada e, desse modo, também vão sendo complexificadas as relações sociais. Os meios de comunicação, na medida em que atuam na mediação de tais relações, assumem um papel central no desenvolvimento das ideologias e na produção da unidade necessária à manutenção de uma hegemonia. Tal “funcionalidade” midiática, ganha forças na globalização, no desenvolvimento das tecnologias da informação, o que consolida o caráter onipresente e, portanto, mais efetivo sobre a mentalidade cotidiana. Hoje, sobretudo, vemos os meios de comunicação exercendo uma função contraditória, ora permitindo uma visão menos ingênua, ora produzindo uma consciência passiva e conformada, que acontece de forma mais acentuada. Nos motiva neste estudo, então,

¹ Trabalho apresentado no DT 6 –Interfaces Comunicacionais. Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012

² Mestranda em Educação pelo DPE/ UFV- Graduada em Comunicação Social/ Jornalismo (UFV) email: laracarlette@gmail.com.

³ Prof. Dr. Adjunto do Departamento de Educação/ UFV. E-mail cezar.demari@ufv.br



entender a complexa trama de interesses que entrecortam essas mediações e sua capacidade de produção educativa e cultural.

Gramsci (1999) é um dos autores que, já nas décadas de 1920 e 1930, escrevia sobre a relevância dos meios de comunicação, notadamente dos jornais e do rádio, entendendo sua função orgânica no processo de produção ideológica e na construção da hegemonia. Neste sentido, considerava a imprensa como um destacado instrumento da sociedade civil, na disputa de ideias, na direção moral e intelectual e na orientação para as disputas concretas existentes na sociedade.

Investigar a realidade sociopolítica na sua complexidade e tentar compreender suas dinâmicas foi, para Gramsci, um compromisso tão absorvente quanto o seu envolvimento político nas lutas das classes trabalhadoras. O autor apresenta uma precisa concepção de mundo, um método de trabalho e o horizonte de uma nova epistemologia, contudo, como aponta Semeraro (1999) não encontramos uma teoria do conhecimento sistematizada e acabada em seus escritos, mas sim, indicações e um conjunto coerente de reflexões e critérios que apontam para uma inteligibilidade do real que permite às classes trabalhadoras chegar à autonomia e à hegemonia.

Gramsci atuou como jornalista e editou vários jornais de fábrica. Entretanto, seu desejo de organizar a imprensa operária foi impedido pelo seu cárcere, durante o regime facista na Itália. Em sua discussão acerca do papel dos intelectuais e a luta pela hegemonia, ele chega a afirmar que, em momentos de crise, o jornal pode funcionar como partido político, ajudando a desnudar a ideologia dominante e a construir a ação contra-hegemônica do proletariado, pois, para ele, o momento da desconstrução do velho é, ao mesmo tempo, o da construção do novo.

Neste estudo, portanto, nos propomos a resgatar os conceitos de jornalismo, sociedade civil e hegemonia nas obras de Antônio Gramsci, no intuito de contribuir, sob o ponto de vista crítico, com as discussões acerca das relações entre a sociedade e os meios de comunicação, considerando-os, de acordo com Gramsci, como aparelhos privados de hegemonia. Não podemos perder de vista que a indústria da comunicação é uma importante engrenagem da organização global dominante na medida em que é um meio de produção retórica da realidade aliada à lógica mercantilista e à ideologia globalizada. Para Ianni (2000), a mídia forma e conforma decisivamente mentes e



corações de uma grande maioria de “consumidores” que são classificados por “estilos de vida”.

Destacamos ainda que este trabalho é parte das discussões de um projeto maior, desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Desse modo, neste momento, trazemos um recorte mais teórico a partir do resgate da problemática de poder, hegemonia e os processos educativos e culturais, no esforço de destacar a necessidade de recolocar o pensamento crítico na ordem da discussão midiática.

Estado e Sociedade Civil

É por meio de um paulatino distanciamento da consciência crítica, da fragmentação do real e da espetacularização da vida privada, entre tantas outras estratégias, que a mídia assegura a hegemonia instaurada pelas classes dominantes. No intuito de melhor compreender as relações entre a mídia e a sociedade capitalista atual recuperamos, ainda que sinteticamente, alguns conceitos sobre sociedade civil, estado e hegemonia colocados ao longo da história por autores como Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Marx e Gramsci. Pois, para compreendermos as relações existentes entre a mídia e a sociedade é preciso, antes de qualquer coisa, compreender os meios de comunicação como parte da própria sociedade, de modo que suas atividades são constantemente atravessadas pelas relações políticas e econômicas, engendradas por relações de poder, postas em disputa na sociedade civil.

Em *O Príncipe*, Maquiavel (1999) esboça uma percepção de estado, estado absolutista, como unidade das aspirações do povo, de modo que definisse seus objetivos e atuações, não devendo “satisfações” ao povo. O autor formula os pontos centrais da constituição de um príncipe, cujas habilidades pessoais e capacidade de tomada de decisões (Vitu e Fortuna) seriam necessárias para lidar com os sentimentos da população e com determinadas situações mais complexas. A sociedade civil, neste período ainda não está posta, pois as condições do desenvolvimento dos estados nacionais ainda não possibilitavam os processos civis como veremos mais a frente. Temos, na verdade, um estado robusto numa condição de tensões entre os diversos grupos que compunham a Europa nos séculos XVI e XVII, sendo a manutenção do equilíbrio no poder o principal alvo do Príncipe.

As teorias contratualistas, desenvolvidas por Hobbes (1998) e Locke (1998), entendem a origem da sociedade e o fundamento do poder político num acordo entre a



maioria dos indivíduos e o Estado, um contrato social. Em Hobbes, o absolutismo teve seu período máximo, uma vez que os direitos naturais dos homens, honra e propriedade, sustentavam um argumento apropriado para ser utilizado pela burguesia ascendente contra os direitos tradicionais da nobreza. O estado passa assegurar os direitos da vida, da liberdade e definindo a distribuição da propriedade nele mesmo. O pensamento liberal se torna mais contundente com Locke, no século XVII, em decorrência das conquistas burguesas. Baseado na teoria do direito natural, como direito à vida e no direito da propriedade privada, a teoria liberal visa garantir a autonomia individual contra tudo que possa ameaçar a o homem. Nesta concepção a organização sócio-política implica na alternância entre os interesses da sociedade civil e o da sociedade política, ou do Estado. “Os pensadores liberais dedicam-se cada vez mais a instaurar razões técnicas para o funcionamento do Estado, instaurando o que Nicos Pulantzas viria a denominar como Estado Sujeito, portador de um razão própria” (FONTES, 2006, p.206).

Rousseau (1973) é que exprime a crítica aos fundamentos do contrato social de Locke. Para o autor o homem seria “naturalmente” bom, porém, a garantia do direito à propriedade privada tornaria os indivíduos egoístas e potencialmente perigosos. Sendo assim, a sociedade civil, adquire um sentido negativo, uma vez que representa o espaço da propriedade privada, capaz de corromper a natureza humana. Ainda que seu pensamento esteja em oposição ao absolutismo assim como temos no pensamento liberal, o autor propõe uma visão democrática de poder, o “estado de sociedade”, ou seja, o estado que atua por delegação do povo, baseado na vontade geral. Teríamos em Rousseau uma espécie de democracia radical assegurada e mantida nos termos das decisões coletivas.

Bobbio (1992) entende que os termos Sociedade Civil, governo e estado apresentavam-se de forma muito semelhante, tendo sua delimitação mais evidente apenas com o surgimento da classe burguesa, ou seja, a distinção entre os que se ocupam da riqueza da nação e os que se ocupam das instituições públicas (FERREIRA, 2008). Consolidado pelos contratualistas em contraposição ao *estado de natureza*, o conceito “sociedade civil” passou, gradativamente, a ser contraposto, ou pelo menos articulado ao de “estado” (PEREIRA, 1998, p.17). Contudo, a partir de Hegel e Marx é que percebemos uma leitura mais clara dessas delimitações sociais.

Hegel distingue estado e sociedade civil entendendo que a sociedade civil é o estado de necessidade e o estado é a vontade geral, fundador e soberano do povo. O



estado, então, é como um ideal a atingir, uma possibilidade, o momento ético que deveria incorporar a liberdade individual. Ao mesmo tempo, Hegel percebe que no estado moderno, entre o indivíduo e o estado se interpõe necessariamente um âmbito que ele denomina de sociedade civil.

Apesar desta delimitação, percebemos ainda uma forte dependência entre os dois, uma vez que o estado em Hegel expressa o mais significativo avanço da racionalidade moderna, enquanto em Marx expressa as contradições das forças materiais em seu tempo. Para Marx a sociedade civil se dá enquanto a realidade essencial, sendo o Estado somente seu fenômeno, ou seja, a expressão política do ente econômico social das classes trabalhadoras. É na sociedade civil que o homem trabalha e vive sua vida real, contudo, é ainda nesta sociedade capitalista que o estado serve de instrumento de dominação da burguesia, o que demonstra uma intrínseca ligação entre os mesmos.

Para Marx e Engels, o Estado é conceituado como elemento histórico que se sustenta na existência de classes sociais, porém não representa a vontade geral efetiva, mas sim os interesses das classes dominantes. O pensamento marxista, desta forma, reúne estado e sociedade civil, anteriormente, separados pelo pensamento liberal.

A sociedade civil burguesa, entendida como o conjunto das relações econômicas, isto é, relações sociais de exploração, imbrica-se no Estado, por ser este indissociável das relações sociais de produção. Seu papel, é, exatamente assegurá-las. Por isso, precisa se apresentar sob a forma de “bem comum” (FONTES, 2006, p.209).

Gramsci amplia o conceito marxiano de estado expresso nas duas dimensões conhecidas como sociedade civil e sociedade política de modo a não existir simples oposição entre ambos, mas relações complexas e contraditórias constituição do estado moderno. De uma forma geral, o autor se coloca contra as visões mecanicistas e deterministas, alegando existir relação de reciprocidade que devem ser analisadas de acordo com seu concreto desenvolvimento histórico. Infra-estrutura e superestrutura integram o que o autor denomina de Bloco Histórico. Na estrutura social estão as relações de produção e na superestrutura as forças ideológicas e políticas⁴.

O embate pela hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural, o que se dá no plano político, econômico e cultural, utilizando-se de formas coercitivas e

⁴ É importante destacar que a separação em supraestrutura e infraestrutura colocada por Gramsci tem apenas fins metodológicos. O autor entende as relações sociais em um plano totalizante.



consensuais na sociedade política e na sociedade civil. A sociedade política é o conjunto de mecanismos pelo quais a classe dominante exerce poder, o monopólio legal da repressão e da violência, ou seja, o aparato coercitivo e a aplicação das leis. A esfera civil designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, como o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, os meios de comunicação, entre outros, também chamados de aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 1999).

O que pode ser chamado de Sociedade Civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como privados) e o da sociedade política ou Estado, planos que correspondem, respectivamente, à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando que se expressa no estado e no governo jurídico (GRAMSCI, 2001, p.20).

Para Ferreira (2008) supõe-se uma agregação e uma articulação de interesses particulares que são levados a efeito dentro das estruturas de autoridade, ao mesmo tempo em que esses sistemas de autoridade se desenvolvem no setor privado da sociedade e se estendem ao controle do estado. É neste sentido que o ferramental gramsciano contribui na análise da mídia como aparelho formador de consenso, considerando que o autor propõe o entendimento das disputas por hegemonia e o exercício do poder por meio da coerção e do consenso.

A hegemonia se faz como combinação de coerção e consenso. O consenso se constrói através de concessões econômicas secundárias e do convencimento político e ideológico. De acordo com Gramsci (1999), as classes dominantes produzem o consenso organizando as esferas sociais de acordo com as tendências materiais e ideológicas derivadas em senso comum, que se confunde com a própria cultura hegemônica, na qual os valores são incorporados como naturais. Senso comum é entendido por Gramsci como concepção de mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais, filosofia dos não filósofos, ou seja, é uma visão de mundo difundida nas classes subalternas de forma não organizada, como a religião e o folclore. O senso comum redundará das disputas entre os grupos sociais, cujas capacidades de manifestações são diversas e dependentes de sua posição social. Os grupos sociais estão imersos na cultura dominante que lhes fornece instrumentos de construção e de fortalecimento das identidades, criando e alimentando símbolos, mitos e estereótipos. As tendências hegemônicas se expressam no curso natural enquanto os processos de resistência nascem e são elaborados a partir das contradições sociais.



A mídia tem, neste sentido, um papel notável no esforço cotidiano de convencimento e reafirmação do senso comum. E não somente em relação a questões particulares e conjunturais, mas especialmente de construir esta representação social do estado, não como sendo um organismo classista, mas como expressão de “todas as energias nacionais”.

Os Meios de Comunicação enquanto aparelhos privados de hegemonia

Gramsci entende que existem três organizações culturais “propriamente ditas”: a igreja, a escola e a imprensa. Imprensa tem aqui um sentido amplo, envolvendo editoras e meios audiovisuais e até mesmo a arquitetura e os nomes de ruas. Portanto, abrangendo amplamente a questão da ideologia, incluindo livros e revistas científicas, políticas e literárias tanto para a elite como para a vulgarização popular. Já os meios audiovisuais, como rádio, teatro e cinema, têm uma característica especial, pois permitem uma difusão ideológica com maior rapidez, maior raio de ação e efeito emotivo do que imprensa escrita. Porém, com menor poder de aprofundamento das questões.

Gramsci (2005), ao considerar o papel de destaque dos meios de comunicação na arena de disputa hegemônica, ou seja, a sociedade civil enquanto aparelho privado de hegemonia, criticava o alinhamento ideológico dos jornais ao poder, bem como o controle do noticiário e da opinião, ainda que camuflados em recortes simplistas e conformistas.

Para Butiegue (2002) a atividade jornalística de Gramsci estava “animada” em Turin, convicto na tarefa que considerava mais urgente, que era de natureza educacional e cultural. Percebemos que o entendimento da funcionalidade da atividade jornalística era pautada em sua potencialidade educativa, na medida em que cria e afirma valores, discute, problematiza e avança culturalmente. Gramsci define essa atividade como Jornalismo Integral, ou seja, Jornalismo não apenas para atender as necessidades de uma categoria, mas sim, que de forma engajada, desenvolve necessidades em seu público. Este entende todos os lados da situação, não apenas noticia, mas dissemina seu arsenal crítico, aguçando ou “educando” seu público (GRAMSCI, 2011).

Ao jornalista, que assume então uma função de intelectual, cabe agir como consciência coletiva homogênea, contribuindo, com isso, para a formação da visão de mundo dos leitores, o seu papel é de educador e ao induzir ao aprendizado. Deve fazê-lo



tendo em mente que a aquisição de conhecimento demanda tempo, é gradual, sendo processual e contraditória.

Contudo, o autor entende que a atividade jornalística é realizada com base no senso comum. Arroyo (2005) à luz de Gramsci, compreende o senso comum como amálgama de uma ideologia dominante e diversas ideologias tradicionais que formam uma visão de mundo conforme a posição cultural e social dos indivíduos. A conformidade e a obediência são características do senso comum, ou melhor, dos tipos de senso comum, uma vez que não existe um único senso comum, ou ainda de algo fixo e imutável. A incapacidade de fazer crítica de suas próprias ações torna os indivíduos ingênuos e constrói uma visão de mundo conformista que se dá na ordem da educação de massa.

A crítica colocada por Gramsci ao senso comum é tomada por ele como uma etapa necessária para alcançar o “bom senso”, que implica em elementos racionais, coerentes que apontam para outra concepção para além do senso comum, fundado na experiência e de observação direta da realidade. Desse modo, não se trata de negar o senso comum, mas colocá-lo diante da crítica para a construção de um pensamento mais avançado, desenvolvê-lo e transformá-lo em concepção de mundo coerente e hegemônica. Ou seja, para o autor existe um rompimento “metodológico”, que é a passagem de uma concepção ingênua do mundo (senso comum) para uma concepção de mundo refletida e crítica, ou seja, a ruptura se dá entre as duas concepções de mundo e não entre senso comum e conhecimento científico (GRAMSCI, 2000, 1999).

Um dos meios através dos quais Gramsci vislumbrava a possibilidade de modificar o senso comum era não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos. É exatamente o método utilizado pela imprensa, invertendo-lhe o sinal ao sentido conservador: submetida a rotinas industriais, acena com o “novo” para reproduzir sistematicamente o mesmo, cuidando devidamente das aparências, num processo de atualização que faz as informações de sempre parecerem inéditas e, ao mesmo tempo, familiares, como se fossem a própria expressão do bom senso.

Para o autor, um jornal pode funcionar como um partido quando procura instruir seus leitores, fazendo com que adquiram uma nova visão de mundo, já que, neste caso, está formulando uma nova ideologia e, com ela, buscando deslocar o comando hegemônico existente.



De acordo com Chauí (1994), a ideologia é compreendida pela visão marxista como um instrumento de dominação de classe e, como tal, sua origem é a existência da divisão da sociedade em classes contraditórias e em luta. A compreensão de ideologia como expressão de interesses e “distorção da realidade” permite a conclusão, do ponto de vista marxista, de que a estrutura social dominante constitui “aparelhos ideológicos” em forma de superestrutura, mantendo a opressão. Marx não compreende a ideologia como mera ilusão ou aparência, e sim como realidade objetiva, contudo, não a considera “mola” propulsora da história.

Em Gramsci, evidencia-se uma maior relevância da questão ideológica, uma vez que a ideologia tem elementos unilaterais e fanáticos assim como elementos de conhecimento rigoroso, podendo chegar a identificar-se como o todo no conjunto das super estruturas (KONDER, 2002). Gramsci ainda compreendia diferenças internas da ideologia: as ideologias historicamente orgânicas e as ideologias arbitrárias. As ideologias historicamente orgânicas são necessárias a certas estruturas, racionalizadas, desejadas, enquanto as ideologias "arbitrárias" merecem ser submetidas a uma crítica que, de fato, as desqualifica. (GRAMSCI, 1999). Desse modo, a concepção de ideologia adotada por Gramsci está ligada a certa unificação das superestruturas em torno dos valores históricos do conhecimento e da cultura. Na análise do autor dos *Cadernos do Cárcere*, a ideologia conservadora dominante estaria se tornando cada vez mais cética em relação aos valores básicos da cultura, do conhecimento, da teoria em geral, por causa da crise da cultura burguesa, que vem perdendo sua capacidade de exercer uma verdadeira hegemonia sobre a sociedade. Neste sentido, diríamos que um dos traços fundamentais da ideologia e, portanto, do distanciamento do desenvolvimento da consciência, consiste em imaginar que as teorias existem por si e em si e que são abstrações criadas para a explicação da realidade, independentemente das características histórico-sociais dessa mesma (CHAUÍ, 1994; KONDER, 2002).

Desse modo, encaixam-se no conceito de ideologia todas as formas reducionistas de explicar a realidade. Seja porque se reduz o conhecimento à experiência sensorial, seja porque se reduz o conhecimento ao exame dos dados e das operações do nosso conhecer, entendendo-o como atividade produtora de idéias que dão sentido ao real e como atividade que o faz existir para nós. Ou seja, as ideologias são explicações que nos expõem somente à descrição, à constatação ou mesmo à interpretação dos fatos,



sem que se procure desvelar os mecanismos sociais que os engendram e os condicionam (CHAUÍ, 1994; FRANCO, 2004; KONDER, 2002).

Percebemos, assim, que as ideologias estão presentes no imaginário social. Através dos múltiplos imaginários, uma sociedade traduz visões que coexistem, superpõem-se ou excluem-se enquanto forças reguladoras do cotidiano. O real é, pois, sobredeterminado pelo imaginário, e nisto consiste a transcendência das ideologias: elas expressam as relações vividas pelos homens (MORAES, 2010). Neste sentido, os processos ideológicos entrecortam a disputa pela hegemonia cultural, ou seja, nos jogos de consenso e dissenso que caracterizam e condicionam a produção de sentido na sociedade contemporânea que, em muitos momentos, é mediada pelos de comunicação.

A imprensa da época de Gramsci não tinha o mesmo significado e peso cultural, político, ideológico e, muito menos, econômico do que tem hoje. Se aquela era uma imprensa (mesmo em grande parte com fins comerciais, portanto de mercado) com função marcadamente de interferir no processo político e cultural da sociedade, hoje, a mídia possui um forte papel estruturante da política e da sociabilidade contemporânea, além de ser um setor de ponta (núcleo decisivo) da própria atividade econômica.

Na nossa realidade contemporânea, a mídia é do ponto de vista econômico, acima de tudo, capital privado – mesmo existindo uma parcela minoritária que é estatal ou de organizações da sociedade civil. Porém, a grande mídia talvez esteja mais próxima de ser um aparelho privado de hegemonia muito especial – que, além de ter um papel configurante e superestrutural, de direção política, moral e cultural, na batalha das idéias, também está na estrutura e tem uma função estruturante (e de hegemonia econômica). Antes mais superestrutural, e agora numa situação “especial”, pois ao mesmo tempo em que passa a ter um expressão superestrutural ainda maior, transformou-se num setor de ponta da estrutura econômica. Ou seja, muito mais comprometida e “dependente” dos movimentos do grande capital, faz parte do núcleo central da economia. E, deste modo, também mais diretamente dependente das decisões políticas e regulatórias do estado (ALMEIDA, 2009).

Decerto, os meios de comunicação assumiram uma posição preponderante na sociedade, demonstrando crescente capacidade para forjar consensos. No Brasil, a ditadura militar incentivou a criação de um oligopólio no setor, o qual veio a se desincumbir, nos anos posteriores, de relevantes tarefas na dominação de classe, como as políticas neoliberais a partir de 1990 e a consolidação do oligopólio que hoje atua como obstáculo à realização de reformas democráticas .



De acordo com Chauí (2006) os sujeitos do poder não são os proprietários dos meios de comunicação, nem os estados, grupos e partidos políticos, mas simplesmente o capital. O poder midiático, de acordo com Kehl e Bucci (2005) *apud* Chauí (2006) é um mecanismo de tomada de decisões que permite ao modo de produção capitalista reprodução automática.

De acordo com Lefort (1982) a ideologia contemporânea é invisível porque não aparece proferida por um agente específico, mas sim, como um discurso anônimo e impessoal, como discurso social e naturalizante colocado pela mídia. Para que a ideologia possa ganhar generalidade suficiente para homogeneizar a sociedade a mídia tem de cumprir o seu papel na veiculação de informações partindo de um foco central circunscrito, discutindo economia, política, arte, sexo, educação, música, entre outras temáticas, com o intuito de criar uma imagem de reciprocidade entre emissor e receptor.

Chauí ainda considera que a ideologia invisível só se torna compreensível como exercício de poder se consideramos o que a autora denomina *ideologia da competência*. Esta ideologia está atrelada aos modos como ela aparece, de forma anônima e impessoal, como já dito, e sua eficácia social, política e cultural funda-se na crença da racionalidade técnico-científica. “O discurso ideológico pode aparecer como discurso social porque o social aparece constituído e regulado por essa racionalidade” (CHAUÍ, 2006, p.76). Desse modo, a ideologia da competência institui uma divisão social entre os que sabem, os especialistas – competentes- e os que obedecem – os incompetentes.

Enquanto a antiga ideologia burguesa realizava uma inculcação de ideias e valores, os meios de comunicação ditam o que devemos fazer, pensar, sentir, falar e afirma que nada sabemos, de modo que seu poder se realiza como intimidação social e cultural.

A opinião pública, assim, é construída em ação combinada entre estado e sociedade civil, pois o estado precisa construir uma opinião pública favorável as suas ações, especialmente quando as ações não vão ao encontro dos interesses populares. Para isto, os meios de comunicação são indispensáveis, pois

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2000, p. 95).



A ação dos meios de comunicação atuais claramente assume posições favoráveis aos grupos dirigentes, produzindo, com eles um processo consensual baseado numa visão conservadora de mundo. Isso se expressa nas pautas definidas não mais pelos jornalistas e diretores, mas, eficazmente pelos interesses econômicos.

Considerações Finais

Entendemos, à luz do pensamento crítico, que as relações dadas socialmente estão intrinsecamente interligadas em termos de totalidade, ou seja, fazem parte de um todo dialético. Neste sentido, a luta pela hegemonia que se dá na sociedade civil, arena de disputa ideológica, também está articulada ao estado, a sociedade política, e conta ainda com as articulações realizadas pelos aparelhos ditos privados de hegemonia, como os meios de comunicação. Desse modo é importante destacar a necessidade de análises não fragmentadas da sociedade.

De acordo com Fontes (2006), o estado constitui a unidade política das classes hegemônicas. Passando pela concepção marxista de ideologia, Gramsci amplia o conceito considerando que cada período histórico produz uma (ou mais) “concepção de mundo”, que se tornam, muitas vezes, hegemônicas, dirige e impõem limite às demais concepções existentes no período. Percebemos que o pensamento de Gramsci revela-se extremamente fecundo para pensarmos o momento sócio-histórico em que estão situadas as sociedades capitalistas contemporâneas e problematizarmos o papel do estado e da sociedade civil nesses tempos, bem como os aparelhos privados de hegemonia.

Uma análise da mídia em que a mesma não esteja intrinsecamente articulada ao estado e a sociedade civil implica, a nosso ver, encurtar o papel e a complexidade do processo formativo mediado por ela. Atualmente, percebemos o predomínio de conglomerados midiáticos na sociedade civil, atuando em prol da disseminação de ideologias conservadoras que ratificam a naturalização do capitalismo sob o discurso da globalização e da modernidade.

Contudo, é importante salientar as considerações de Gramsci no que diz respeito à atuação dos aparelhos privados de hegemonia em dissonância com os valores do capital vigentes, pois “a conquista do poder deve ser precedida por sucessivas batalhas pela hegemonia e pelo consenso no interior do estado em sentido amplo e propõe uma



longa marcha através das instituições sociais” (GRAMSCI, 2000 *apud* MORAES, 2010, p.60). Antes de seu “cárcere”, entre 1910 e 1926, Gramsci escreveu mais de 700 artigos em jornais operários da Itália, desenvolvendo a prática jornalística em favor da contestação de sua realidade, entendendo não apenas dimensão político econômico no processo revolucionário, mas também a dimensão cultural.

Contudo, de acordo com Moretsohn (2003), verifica-se aí a complexidade envolvida em qualquer projeto de mudança, pois, as estruturas mentais através das quais são apreendidas o mundo social são, em essência, produto da interiorização das estruturas dadas. O ferramental gramsciano nos aponta possibilidades para além da análise, uma perspectiva de emancipação e possibilidade de mudanças. De acordo com Moretsohn (2003), Gramsci desenvolveu reflexões específicas sobre o senso comum voltadas para o projeto de emancipação que permeia toda a sua obra:

A filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples [é] para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa (...) (GRAMSCI, 2001, p.103).

Assim, enquanto para as classes dominantes basta repetir o senso comum produzido por ela mesma, para as classes subalternas e para o pensamento de esquerda cabe o trabalho da prática e do pensamento críticos, da reflexão sobre o sentido das ações sociais e a abertura do campo histórico das transformações do existente, por isso, a mídia é um importante instrumento a ser apropriado enquanto ferramenta de resistência e de luta pela hegemonia na sociedade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Jorge. **Discutindo a relação entre a mídia e a Sociedade Civil em Gramsci**. III Compólitica, PUC-SP, São Paulo, dezembro de 2009.

ARROYO, M. Concepciones Del espacio publico y sentido común em La educacion superior. IN: GENTILLY, P. LEVY, B.(org.) **Espacio Público e Privatización Del conocimiento**: estúdios sobre políticas universitárias na America Latina. Buenos Aires: Clasco, 2005.(p.27-100)

BUTTIEGIE, Francisco. Educação e Hegemonia. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1992.



CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 38.^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

FERREIRA, Sonia Maria. **A mídia e o discurso globalizado - um caminho para refletir sobre a sociedade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2008.

FONTES, Virgínea. Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e lutas teóricas na década de 1980. In. LIMA&NEVES (Org.) **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

FRANCO, M.L.P.B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004 p. 169-186, jan./abr. 2004.

GRAMSCI, A. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005.
Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>.
Acesso em: 20 set. 2011.

GRAMSCI, A. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo**. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Coleção "Os Pensadores", 4 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1998.

IANNI, O. **O Príncipe Eletrônico**. São Paulo, SP: Unicamp, 2000. [On-line].
Disponível em:
<<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/cconst/cont/4/art/art1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LEFORT, C. O nome de um. In: CLASTRES, P; LEFORT, C; CHAUÍ, M. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOCKE, John.: **Dois Tratados sobre o Governo**. Trad. de Júlio Fisher. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Hedra, 2009.

MORAES, D. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p.54-77, jan./jun. 2010.



MORETZSOHN, Sylvia. **A notícia como *clinamen***: o jornalismo na perspectiva de um novo senso comum. XII COMPÓS: Recife/PE, 2003.

PEREIRA. L. C. Bresser. **Sociedade Civil**: Agente da Reforma e Objeto de Auto-Democratização. III Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública Madrid, España, Outubro de 1998.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social, Ensaio sobre a origem das línguas, Discurso sobre as ciências e as artes, Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil, cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.